

# Comunicado

## Transparência sobre a Dívida Oculta

Maputo, 1 de Julho de 2016

Desde que se instalou a crise em Abril 2016 com relação às dívidas ocultas de Pro-Indicus e MAM, o Governo prometeu fornecer detalhes para explicar a situação resultante desta nova carga sobre o Orçamento do Estado e o povo moçambicano. Até finais de Junho, o Governo só tinha fornecido informação agregada, sem indicar o impacto total para Moçambique e o Orçamento do Estado. Ao mesmo tempo, o Governo segue concentrando-se no seu discurso de escamotear a culpabilidade sem, em nenhum momento, apresentar um dossier minimamente credível que contribua para o restabelecimento da confiança da acção governativa, perante a sociedade e a comunidade internacional.

O arrastar desta situação obscura e não transparente preocupa as entidades da sociedade civil envolvidas na pesquisa e monitoria da governação que subscrevem o presente comunicado. Duvidamos que a boa governação possa acontecer em Moçambique se os esforços que por ventura estejam a ser realizados pelo Governo não se traduzam em acções concretas para credibilizar as instituições públicas.

Este comunicado visa expor algumas lacunas graves quanto à informação sobre as dívidas ocultas recentemente reveladas, bem como a dívida mal processada da EMATUM. Seguindo um ponto de vista técnico, o propósito deste comunicado é mostrar em que partes o Governo ainda não respondeu aos pedidos da sociedade civil, dos doadores, da Assembleia da República, em geral, e, até mesmo, às suas próprias promessas. Este comunicado está ligado estreitamente com o comunicado sobre a legalidade (“É inaceitável pagarmos dívidas ilegais: Posicionamento do FMO, GMD, e CTJF face à crise da dívida em Moçambique”), emitido no dia 10 de Junho de 2016.<sup>1</sup>

As organizações subscritoras deste comunicado consideram indispensável haver uma total transparência no âmbito da divulgação da informação por parte do Governo, incluindo detalhes financeiros, uma análise racional e mais especificidade do porquê de cada um dos empréstimos previamente ocultos (Pro-Indicus e MAM), assim como da dívida da EMATUM mal processada, com todos os detalhes requeridos na tabela seguinte.

A sociedade merece e precisa de conhecer as razões do porquê o Governo pôs em risco tão seriamente a estabilidade financeira do país depois de uma luta árdua de anos para assegurar uma estabilidade macroeconómica. Se os pressupostos (estudos de viabilização, pareceres técnicos, etc.) existem, o Governo só terá a ganhar se partilhar publicamente tal informação.

Especificamente, se existem auditorias às contas das empresas, como afirma o Ministro de Economia e Finanças, o Governo deve divulgar estes relatórios. Por outro lado, supostamente tais estudos de viabilidade incluem cenários para a amortização das dívidas por parte das empresas. Estes cenários também deveriam ser partilhados com a sociedade civil. Só assim o povo moçambicano pode formar uma opinião própria da justificação dessas dívidas que o Governo insiste em incorporar no Orçamento do Estado à posteriori, tendo em conta que durante o período do seu exercício não foram apresentadas e aprovadas pela entidade competente, a Assembleia da República.

É evidente que se esses estudos de viabilidade foram elaborados em 2013 e 2014, a situação decorrente do pagamento da dívida mudou para a empresa, e também para o Governo como avalista, no actual cenário de fraca entrada de divisas e cancelamento do apoio geral ao Orçamento do Estado por parte do G-14.

Neste contexto, esta coligação exige que as medidas de austeridade já anunciadas pelo Governo sejam divulgadas de forma mais sistemática e formalizada, de modo a que os cidadãos saibam como serão afectados por elas e como poderão contribuir positivamente para fazerem face aos novos desafios que surgirão.

Esta coligação reconhece que o Governo, nos pronunciamentos do Primeiro-Ministro, admitiu que foi violada a Lei Orçamental ao contrair dívidas sem aprovação do Parlamento. Contudo, o simples reconhecimento da violação, sem qualquer responsabilização dos autores das ilegalidades cometidas, em nada contribuiu para a consolidação do Estado de Direito em Moçambique. Pelo contrário, admitir a violação apenas, em vez de sancionar o acto ilegal e assim conferir legalidade, converter-se-á num golpe irreparável para a aspiração de uma governação efectiva e credível.

É inevitável que o impacto dos pagamentos não programados do serviço da dívida tenha como consequência o agravamento da actual derrapagem do Metical e o aumento da inflação. Por isso, esta coligação solicita que, além da divulgação dos ajustes na política fiscal, também melhore a transparência na política monetária. No actual cenário vemos o Banco de Moçambique a adoptar políticas monetárias restritivas para conter a inflação e a depreciação do Metical, com um impacto imediato sobre o cidadão comum. Isto vai significar um período doloroso de ajustamento, pois implica no início que uma depreciação mais rápida (primeiro passo num ajuste programado) resulte em mais inflação (produtos mais caros num contexto de salários fixos), mais subidas nas taxas de juros para os empréstimos bancários, mais impostos a pagar (provavelmente) e, muito possível, uma queda dos empregos.

A Comunidade Internacional deve desencadear processos e acções concretas para exigir responsabilidade dos bancos internacionais que claramente estiveram envolvidos em actividades irregulares. Se tal não for feito, como é que os moçambicanos poderão acreditar que existem mecanismos de monitoria e controlo credíveis nos sistemas financeiros onde tais bancos internacionais actuam? Só assim se pode garantir confiança no sistema financeiro internacional.

<sup>1</sup> www.wlsa.org.mz.

Dívida	EMATUM	Pro-Indicus	MAM
Ano contraído	2013	2014	2014
Montante original (US\$ milhões)	850 (reestruturação de US\$731m em 2016 como Eurobond)	622 de Credit Suisse e VTB	535 de VTB
Desembolsos	850	622	535
Valor dos bens recebidos (US\$ milhões)	370?	?	?
Fundos ainda disponíveis (seja sem desembolso seja em mãos do provedor de bens)	300?	?	?
Período do empréstimo	10 anos (reestruturado para 2013-2023)	8 anos (2014-2022)	6 anos (2014-2020)
Período de graça para o pagamento do capital	Até 2023 (renegociado)	3 anos	2 anos
Taxa de juros	10,75% (variável, depois da reestruturação)	LIBOR + 3,75%	LIBOR + 7,739%
Pagamento de juros por ano (em US\$ milhões)	Pagamento de juros e CAPITAL de cerca de \$200m por ano antes da reestruturação; \$146m de juros (depois da reestruturação)		
Pagamentos de capital por ano (em US\$ milhões)	Antes da reestruturação, o montante está agregado no pagamento de juros; depois da reestruturação, “balloon payment” (pagamento único) em 2023	\$24m em Mar. 2016 (pago) e \$119m anual a partir de Mar. 2017	\$178m a partir de Maio 2016 (não pago ainda)
Pagamentos em mora	--	?	\$178m
<b>Comentários</b>	Reestruturado em 2016; US\$500m em mãos do Governo Central e US\$350m em mãos da empresa.	Criada em 2012. GIPS e Monte Binga tem 50%, ambas propriedades da Defesa e Segurança. Segundo o MinFin existe um estudo de viabilidade. <b>Supostamente está no Relatório de Contas de 2014. A empresa ainda não fechou os principais contratos de prestação de serviços.</b>	Criada em 2014. GIPS tem 98% da MAM. MinFin diz que existe um estudo de viabilidade. Há um processo de renegociação com os financiadores para sua reestruturação. <b>Existe balanço auditado de 2014.</b>



Centro de Integridade Pública  
Boa Governação-Transparência-Integridade

